

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**Estudo Técnico Preliminar 33/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23076.053934/2025-95

**2. Descrição da necessidade**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras para Reforma das Cobertas do Departamento de Ciências Farmacêuticas (DCfar), vinculado ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A obra compreende uma área total de intervenção de 5.364,87 m<sup>2</sup>, e a contratação planejada se dará com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e demais equipamentos necessários à execução contratual.

O Departamento de Ciências Farmacêuticas é vinculado ao Centro de Ciências da Saúde da UFPE e, conforme informações disponíveis no site da Universidade, atende aproximadamente 460 estudantes de graduação, 87 de mestrado e 56 de doutorado. Além das atividades de ensino, o Departamento realiza, em média, 400 exames no Laboratório de Análises Clínicas e presta atendimento a cerca de 250 pessoas por meio da Farmácia Escola.

O conjunto de edificações que compõem o Departamento de Ciências Farmacêuticas é composto por oito blocos principais (A, B, F, L, Q, P, J e E) e oito blocos intermediários (C, I, D, M, N, O, G e H). Também compõem o conjunto uma circulação entre os blocos principais e um espaço para convívio.

As cobertas desse conjunto de edificações vêm apresentando recorrentes problemas de estanqueidade, comprometendo a integridade dos espaços internos e prejudicando o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao Departamento, especialmente durante os períodos de fortes chuvas, comuns na cidade do Recife.

Em visita técnica ao local, a equipe da Superintendência de Projetos e Obras identificou as seguintes necessidades:

- (i) Substituição de telhas de fibrocimento por telhas metálicas do tipo sanduíche, em virtude de sua maior estanqueidade e melhor desempenho térmico e acústico;
- (ii) Instalação dos complementos indispensáveis para a correta montagem das telhas sanduíche, incluindo acabamentos frontais, laterais e cumeeiras;
- (iii) Substituição dos forros existentes por sistema de forro modular removível, composto por placas de fibra mineral, visando à padronização dos ambientes e à facilitação das intervenções de manutenção futuras;
- (iv) Instalação de novas luminárias de embutir compatíveis com a nova paginação dos forros e usos existentes nos ambientes;
- (v) Aplicação de pintura imunizante sobre os perfis de madeira, com o objetivo de conferir proteção contra a ação de fungos, insetos xilófagos e demais agentes degradadores, contribuindo para a preservação e maior longevidade do material;
- (vi) Prever estratégia de drenagem dos pátios do conjunto de edificações

Nesse contexto, em ofício eletrônico enviado à Diretoria de Planos e Projetos (Ofício eletrônico n. 21/2025 – CCS), a vice-diretora do Centro de Ciências da Saúde, Cinthia Rodrigues Vasconcelos, reforçou a necessidade da obra, sob a seguinte justificativa:

“Justificamos o pedido em decorrência das constantes infiltrações e vazamentos que ocorrem sobre todos os ambientes do Departamento, ou seja, ambientes administrativos, de sala de aula e de pesquisa. O telhado atual está bastante desgastado, e os reparos pontuais não são mais suficientes para sanar os graves problemas, sendo necessário maiores intervenções.

Registramos que um dos blocos do Departamento, o bloco Q, já está interditado por causa dos danos irreparáveis na cobertura e que os constantes vazamentos causam prejuízos para a Administração, devido aos danos causados ao patrimônio público e ao andamento das atividades acadêmicas e de pesquisa.”

Diante do exposto, a contratação em análise possui os seguintes objetivos:

- (i) Solucionar os constantes problemas nas cobertas do conjunto de edificações que compõem o Departamento de Ciências Farmacêuticas, proporcionando proteção integral contra as recorrentes e intensas precipitações pluviométricas características da Cidade do Recife;
- (ii) Padronizar esteticamente os blocos e ambientes internos, conferindo ao espaço uma maior harmonia arquitetônica;
- (iii) Facilitar futuras intervenções de manutenção nos forros das edificações;
- (iv) Proporcionar mais segurança e conforto ambiental aos usuários das edificações;
- (v) Implementar um sistema adequado de drenagem de águas pluviais nos pátios do conjunto de edificações, a fim de evitar alagamentos, infiltrações e o consequente comprometimento da estrutura e do uso seguro dos espaços
- (vi) Conservar o patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco.

2.1 Aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

### **2.1.1 Leis, decretos e instruções normativas**

#### **Licitações e contratos administrativos**

Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);

Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

#### **Proteção ambiental**

Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil);

### **2.1.2 Normas técnicas**

#### **Instalações elétricas de baixa tensão**

NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);

NBRISO/CIE8995-1 (Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior)

### **2.1.3 Normas Regulamentadoras (NR)**

NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);

NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);

NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);

NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

NR 8 (Edificações);

NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);

NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);

NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);

NR 17 (Ergonomia);

NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);

NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);

NR 26 (Sinalização de segurança);

NR 28 (Fiscalização e penalidades);

NR 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde).

### **2.1.4 Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação**

NBR 16373 (Telhas e painéis termoacústico – Requisitos de desempenho)

Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas;

Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96);

Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97).

Ressaltamos, contudo, que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e/ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(i) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(ii) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

(iii) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

(iv) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

(v) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

(vi) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;

4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;

4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;

4.11. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

## **5. Levantamento de Mercado**

Conforme exposto nos itens 2 (Descrição da necessidade) e 7 (Estimativa das quantidades a serem contratadas) deste documento, a solução desenvolvida consiste na reforma das cobertas do Departamento de Ciências Farmacêuticas.

Diante da problemática delineada, caracterizada pela ocorrência de constantes infiltrações em diversos espaços das diversas edificações, a solução que melhor atende o interesse público envolvido consiste na realização de reforma das cobertas das edificações que compõem o Departamento de Ciências Farmacêuticas. Assim, o projeto de arquitetura prevê a substituição de telhas de fibrocimento por um telhas metálicas do tipo sanduíche, que seria uma opção moderna, que possui uma alta capacidade de estanqueidade e um excelente desempenho térmico e acústico.

Além disso, o projeto desenvolvido também prevê a instalação de sistema modular de forro, de modo a facilitar, futuramente, a realização de ações de manutenção.

É relevante destacar, também, que a obra proposta possui grau de complexidade técnica perfeitamente passível de execução por empresas e profissionais com atuação na própria região. Nesse sentido, embora o Projeto Básico da contratação possa, futuramente, prever exigências de qualificação técnica, tais requisitos não comprometerão a ampla competitividade do certame.

Ressalte-se, ainda, que todos os insumos e serviços foram orçados com base em referências oficiais, como o SINAPI, bem como por meio de cotações junto a fornecedores atuantes no mercado local.

Dessa forma, a contratação de empresa de engenharia para a reforma das cobertas do Departamento de Ciências Farmacêuticas configura-se como medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras (SPO).

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;”;

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de

realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”;

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;

6.4. O regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário;

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 240 dias;

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste Estudo Técnico Preliminar não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. Segundo o projeto executivo de arquitetura elaborado pelo arquiteto Nicolau Firmo Spinelli (CAU A1848020), as intervenções necessárias para a Reforma das Cobertas do Departamento de Ciências Farmacêuticas, tratam-se, principalmente, das seguintes:

### **7.1.1. Blocos A, F, L, Q, P, J e E**

#### **7.1.1.1. Coberta**

Instalação de isotelha trapezoidal de aço galvanizado com núcleo em PIR, com cumeeira e acabamentos trapezoidal e lateral tipos A e B;

Aplicação de pintura imunizante em perfis de madeira existentes.

#### **7.1.1.2. Forro**

Instalação de forro removível em placas de fibra mineral;

Instalação de luminária aletada de embutir, com duas lâmpadas de LED 18W;

Instalação de painel LED de embutir redondo 18W.

### **7.1.2. Blocos M, N e O**

#### **7.1.2.1. Coberta**

Instalação de isotelha trapezoidal de aço galvanizado com núcleo em PIR, com cumeeira e acabamentos trapezoidal e lateral tipos A e B;

Instalação de perfil “U” enrijecido de aço galvanizado;

#### **7.1.2.2. Parede**

Construção de parede de alvenaria chapiscada e rebocada;

#### **7.1.1.3. Forro**

Instalação de forro removível em placas de fibra mineral;

Instalação de luminária aletada de embutir, com duas lâmpadas de LED 18W;

### 7.1.3. Blocos C, I e D

#### 7.1.3.1. Coberta

Instalação de isotelha trapezoidal de aço galvanizado com núcleo em PIR, com acabamentos trapezoidal e lateral tipos A e B;

Instalação de perfil “U” enrijecido de aço galvanizado;

#### 7.1.3.2. Parede

Construção de parede de alvenaria chapiscada e rebocada;

### 7.1.4. Blocos G e H

#### 7.1.4.1. Coberta

Instalação de isotelha trapezoidal de aço galvanizado com núcleo em PIR, com cumeeira e acabamentos trapezoidal e lateral tipos A e B;

Instalação de perfil “U” enrijecido de aço galvanizado;

Instalação de viga aparelhada em massaranduba, com aplicação de pintura imunizante para madeira.

#### 7.1.4.2. Parede

Construção de parede de alvenaria chapiscada e rebocada;

### 7.1.5. Espaço de convívio

#### 7.1.5.1. Coberta

Instalação de isotelha trapezoidal de aço galvanizado com núcleo em PIR, com acabamentos trapezoidal e lateral tipos A e B;

Instalação de calha em chapa lisa de alumínio;

Lixamento manual de superfícies metálicas;

Aplicação de pintura de alto desempenho anticorrosivo e pintura de acabamento.

### 7.1.6. Circulação

#### 7.1.6.1. Coberta

Instalação de isotelha trapezoidal de aço galvanizado com núcleo em PIR, com acabamentos trapezoidal e lateral tipos A e B;

Instalação de calha em chapa lisa de alumínio;

Instalação de viga aparelhada em massaranduba, com aplicação de pintura imunizante para madeira;

Instalação de rufo de topo dentado para isotelha trapezoidal;

Lixamento manual de superfícies metálicas;

Aplicação de pintura de alto desempenho anticorrosivo e pintura de acabamento.

#### 7.1.7 Drenagem

O projeto executivo de drenagem prevê a construção de caixas de drenagem e instalação de tubulações, no intuito de drenar as águas pluviais que se acumulam nos pátios do conjunto de edificações.

#### 7.2. Localização e quantificação dos serviços

Para identificação do local de realização de cada serviço e sua respectiva quantificação, deverão ser consultados os projetos executivos de arquitetura e a planilha orçamentária da obra. Deverão ser consultados, também, os projetos complementares de engenharia.

7.3 Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 5.364,87 m<sup>2</sup>.

#### 7.4. Projetos complementares de engenharia

Também compõe o projeto executivo de Reforma das Cobertas do Departamento de Ciências Farmacêuticas os seguintes projetos complementares de engenharia:

Drenagem de águas pluviais;

Instalações elétricas.

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

### 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.873.935,11

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de R\$ 2.873.935,11 (DOIS MILHÕES, OITOCENTOS E SETENTA TRÊS MIL, NOVECENTOS E TRINTA CINCO REAIS E ONZE CENTAVOS).

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja



divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se vislumbra, até o presente momento, outras contratações correlatas ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2025, no item 372/2025.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Espera-se que, com a conclusão da obra, o Departamento de Ciências Farmacêuticas possa desenvolver plenamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em ambientes seguros, confortáveis e livres de vazamentos, infiltrações e demais transtornos ocasionados pelas precipitações pluviométricas.

## **13. Providências a serem Adotadas**

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

Por outro lado, será necessária a elaboração de estudos, por parte dos dirigentes do Departamento de Ciências Farmacêuticas, no sentido de avaliar o impacto da execução das obras nas atividades rotineiras desenvolvidas na edificação. Nesse sentido, tal avaliação deverá prever o remanejamento das atividades que seriam realizadas no conjunto de edificações para outros locais, de modo a não impactar negativamente no cronograma de execução da obra.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A Reforma das Cobertas do Departamento de Ciências Farmacêuticas produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

**MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

**NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

**GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO**





Emitido em 02/09/2025

**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR/2025 - DPP (11.02.04)**  
**(Nº do Documento: 21)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 02/09/2025 14:55 )*  
**GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO**  
*CHEFE*  
*DE SPO (11.02.06)*  
*Matrícula: ###601#3*

*(Assinado digitalmente em 02/09/2025 14:55 )*  
**MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA**  
*DIRETOR*  
*DPP (11.02.04)*  
*Matrícula: ###330#6*

*(Assinado digitalmente em 02/09/2025 14:44 )*  
**NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI**  
*ARQUITETO E URBANISTA*  
*CA SPO (11.02.05)*  
*Matrícula: ###074#8*

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **21**, ano: **2025**, tipo:  
**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **02/09/2025** e o código de verificação: **2d375af6be**